



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	35588.003329/2007-38
<b>Recurso nº</b>	150.444 Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>2301-02.072 – 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	12 de maio de 2011
<b>Matéria</b>	Auto de Infração - Perfil Profissiográfico
<b>Recorrente</b>	JAMYR VASCONCELLOS S/A
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: 01/10/2005 a 30/10/2005

**NULIDADE - AUTUAÇÃO**

Não há que se falar em nulidade quando o Auto de Infração cumpre os requisitos exigidos pela legislação de regência.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Marcelo Oliveira- Presidente.

Adriano Gonzales Silvério - Relator.

**EDITADO EM:**

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Marcelo Oliveira (Presidente), Damião Cordeiro de Moraes, Bernadete de Oliveira Barros, Leonardo Henrique Pires Lopes, Mauro José Silva e Adriano Gonzales Silvério.

## Relatório

Trata-se de Auto de Infração nº 35.740.108-5, o qual exige multa tendo em vista que a empresa teria deixado de elaborar e manter atualizado perfil profissiográfico e de fornecer sua cópia ao trabalhador quando da rescisão do contrato de trabalho.

Mediante impugnação a empresa autuada sustentou que esse processo deveria ser julgado em conjunto com a NFLD nº 35.552.855-0, eis que possuem uma relação de causa e efeito.

A Secretaria da Receita Previdenciária, por meio da DN nº 17.402.4/107/2006, manteve a autuação argumentando que *"de maneira alguma a questão tratada na aludida NFLD figuraria como subordinante da questão que constitui o objeto do presente auto de infração. Isso porque a apreciação do arbitramento da contribuição adicional para o financiamento da aposentadoria especial - objeto da NFLD nº 35.552.855-0 — não condiciona a apreciação de eventual descumprimento de obrigação acessória ligada à elaboração do perfil profissiográfico previdenciário. Ao contrário, se alguma prejudicialidade existisse, certamente seria o descumprimento da obrigação acessória condicionando a validade do arbitramento da contribuição previdenciária."*

Ante essa decisão, a autuada apresentou recurso voluntário alegando a nulidade do lançamento em descumprimento do artigo 142 da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966 Código Tributário Nacional.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Adriano Gonzales Silvério

O recurso é tempestivo e dele conheço.

Preliminarmente alega a ora recorrente que a autuação é nula, uma vez que teria desrespeitado ao artigo 142 da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional. Assim retrata a peça recursal:

*"Por claro, o item III não aceita tergiversações. No corpo do Auto, tem de constar, por exigência legal, a descrição do fato punível. Nesse sentido, faz-se imperioso reconhecer que, na espécie, faltam elementos comprobatórios daquilo que se encontra supostamente materializado no auto de infração."*

Não compartilho da alegação de nulidade, uma vez que o presente Auto de Infração apurou o fato tributável dentro do que determina a legislação de regência, identificando o contribuinte e dando-lhe plena ciência da infração apurada.

O direito à ampla defesa e, ao contraditório, assegurado pela Constituição Federal, não foram maculados em razão do lançamento ter sido efetuado através dos documentos de posse da notificada, por ela elaborados, o que lhe permite contradizer e

---

defender-se sem qualquer restrição, eis que forçosamente, é de seu conhecimento os elementos oferecidos para exame.

Ademais, foram cumpridos todos os requisitos do artigo 11 do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972, *verbis*:

*“Art. 11. A notificação de lançamento será expedida pelo órgão que administra o tributo e conterá obrigatoriamente:*

*I - a qualificação do notificado;*

*II - o valor do crédito tributário e o prazo para recolhimento ou impugnação;*

*III - a disposição legal infringida, se for o caso;*

*IV -a assinatura do chefe do órgão expedidor ou de outro servidor autorizado e a indicação de seu cargo ou função e o número de matrícula.”*

O recorrente foi devidamente intimado de todos os atos processuais, assegurando-lhe a oportunidade de exercício da ampla defesa e do contraditório, nos termos do artigo 23 do mesmo Decreto.

*“Art. 23. Far-se-á a intimação:*

*I - pessoal, pelo autor do procedimento ou por agente do órgão preparador, na repartição ou fora dela, provada com a assinatura do sujeito passivo, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa, com declaração escrita de quem o intimar; (Redação dada pela Lei nº 9.532, de 10.12.1997)*

*II - por via postal, telegráfica ou por qualquer outro meio ou via, com prova de recebimento no domicílio tributário eleito pelo sujeito passivo; (Redação dada pela Lei nº 9.532, de 10.12.1997)”*

Diante dessas considerações, rejeito a alegação de nulidade da autuação fiscal.

Portanto, voto no sentido de **CONHECER** o recurso voluntário para, **NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo-se íntegro o presente Auto de Infração.

Adriano

Gonzales

Silvério

-

Relator

